



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DELEX/DPF/FIG/PR

PORTARIA

FABIO SEIJI TAMURA, Delegado de Polícia Federal, lotado e em exercício na DPF/FIG/PR, em Foz do Iguaçu/PR, no uso de suas atribuições legais, considerando a determinação do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, conforme **DESPACHO** N° 183/2021/DIMEC_EXP/DIMEC/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ e a existência de sentença penal condenatória proferida no processo criminal n° 5005894-38.2015.4.04.7002/PR e, tendo em vista o disposto nos artigos 192, II, e 195, §1º e § 2º, II, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei de Migração,

RESOLVE:

Instaurar Inquérito Policial de Expulsão, da estrangeira **PATRÍCIA MABEL MUNOZ ACUNA**, de nacionalidade paraguaia, com base no artigo 54, § 1º, inciso II da Lei n° 13.445/2017, bem assim nos artigos 192, II, e 195, §1º e § 2º, II, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei de Migração, em razão de ter sido condenada por infração ao disposto nos art. 33, *caput*, c/c artigo 40, inciso I, ambos da Lei 11.343/2006 e art. 304 c/c art. 297 do Código Penal, ao cumprimento da pena de **9 (nove) anos e 11 (onze) meses de reclusão**.

Anexe-se ao presente expediente o **DESPACHO** N° 183/2021/DIMEC_EXP/DIMEC/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, **INFORMAÇÃO** N° 253/2021/DIMEC_EXP/DIMEC/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, **OFÍCIO** N° 181/2021/DIMEC_EXP/DIMEC/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ e a sentença penal condenatória proferida no processo criminal n° 5005894-38.2015.4.04.7002/PR e seus anexos, bem como o resultado das pesquisas realizadas nos sistemas à disposição da Polícia Federal, adotando as seguintes providências:

1. Encaminhamento da notificação da instauração do presente Inquérito Policial de Expulsão para os endereços constantes dos autos, cientificando o(a) expulsando(a) da necessidade de seu comparecimento para qualificação e interrogatório e elaboração de Ficha de Identificação Datiloscópica e Fotográfica;
2. Comunicação à DIAR/CGPI/DIREX/DPF, por meio de disponibilização desta portaria no processo SEI, demonstrando a instauração do presente procedimento;
3. Expedição de ofício à Representação Diplomática do país de origem do(a) expulsando(a), comunicando a instauração e requerendo informações sobre o paradeiro do expulsando, bem como os respectivos dados de identificação;
4. Notificação da Defensoria Pública da União, por meio de disponibilização de acesso externo.

C U M P R A - S E.

(Documento assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SEIJI TAMURA**, Delegado(a) de Polícia Federal, em 02/07/2021, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19219834** e o código CRC **7F092D0B**.